

# Fundação acusa Seplan de não cumprir Constituição

BRASÍLIA — O professor Marco Antônio Veronese, assessor da Fundação Educar, do Ministério da Educação, denunciou a falta de NCz\$ 2,586 bilhões que deveriam ser destinados ao ensino básico e à alfabetização, como prevê a Constituição. "A Secretaria de Planejamento (Seplan) não cumpre a Constituição, sob a alegação de que as normas não vão pegar", disse.

Segundo Veronese, "como existe o entendimento de que as leis não pegam no Brasil", os dispositivos sobre educação, aprovados pela Constituinte, foram completamente ignorados pelo governo. O mais grave desconhecimento, segundo levantamentos feitos pelo professor, é o do Artigo 60 das disposições transitórias. "Ele prevê que, nos dez primeiros anos da promulgação da nova Constituição, o poder público aplicaria pelo menos 50% dos recursos da arrecadação tributária destinados à educação (18%) em programas de eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental", disse Veronese.

De acordo com os primeiros levantamentos, a arrecadação tributária em 1989 vai chegar a NCz\$ 33,915 bilhões. Portanto, a cota do setor de educação (18%) ficaria em torno de CZ\$ 6,105 bilhões. A metade, que durante dez anos deve ser aplicada em alfabetização e ensino básico, alcança NCz\$ 3,052 bilhões. Se forem somadas todas as verbas orçamentárias do MEC para primeiro grau e pré-escolar (NCz\$ 202,310 bilhões), transferência a estados e municípios (NCz\$ 92,693 bilhões), Fundação Educar (NCz\$ 171,194 bilhões), o ensino fundamen-

tal e a alfabetização ficariam com NCz\$ 466,197 milhões. Ou seja: faltam NCz\$ 2,586 bilhões, que não aparecerão em qualquer orçamento. O total de recursos que o Ministério da Educação está aplicando nesses dois programas educacionais é apenas um pouco maior do que os recursos destinados a "outros órgãos" para programas de educação.

Segundo o estudo de Veronese, "os outros órgãos" são a Presidência da República, com uma verba de NCz\$ 34,777 milhões; o Ministério da Aeronáutica, com Cz\$ 25,927 milhões; o do Exército, com Cz\$ 33,257 milhões; o da Marinha, surpreendentemente, com NCz\$ 108,560 milhões; o das Relações Exteriores, com Cz\$ 1,799 milhão; e outros, com Cz\$ 138,741 milhões. Esses estranhos estão recebendo, para educação, NCz\$ 353,612 milhões, apenas NCz\$ 100 milhões a menos do que toda a verba que o Ministério da Educação dedica à alfabetização e ao ensino básico.

O trabalho de Veronese mostra, também, que o dispositivo que mais provocou discussões e debates na Constituinte está também sendo descumprido pelo governo, embora em escala menor. Segundo o artigo 215, a União deve aplicar em programas de manutenção e desenvolvimento de ensino 18% da arrecadação tributária. Isso significaria NCz\$ 6,105 bilhões — todo o orçamento do MEC é de Cz\$ 5,631 bilhões. Mesmo se for utilizado o artifício de considerar os recursos destinados à educação em outros ministérios (Cz\$ 353,612 milhões), o orçamento total para o setor não chegaria aos 18%.



*Exportação de madeira cresce apesar de restrições européias*